

**NEGAR O PASSADO PARA CONTROLAR O PRESENTE: DISPUTA DE
NARRATIVAS E BOLSONARISMO****DENYING THE PAST TO CONTROL THE PRESENT: NARRATIVE DISPUTE
AND BOLSONARISM**Ariel Cherxes Batista¹

Resumo

Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da República do Brasil (2019-2022), foi capitão do Exército brasileiro. Antes da estruturação e afirmação do movimento que atualmente é definido como *bolsonarismo*, ocorreu uma tentativa de busca pelo controle do passado, por Bolsonaro, seus aliados e correligionários, ao tentarem criar uma disputa de narrativas sobre a ditadura no Brasil com a negação de fatos ocorridos no período, apurados pelas Comissões da Verdade nacional e estaduais. Neste artigo, trataremos sobre os usos políticos do passado relacionados à ditadura militar no Brasil por este ex-militar, e ex-chefe do Executivo do país. Além disso, discutiremos como sua atuação contrária aos trabalhos da CNV estão relacionados ao golpe de 2016 e de que forma este fato contribuiu para a ascensão do bolsonarismo em 2018.

46

Palavras-chave: Ditadura militar; Narrativas; Opinião pública

Abstract

Jair Messias Bolsonaro, current president of the Republic of Brazil, was a captain in the Brazilian Army. Before the structuring and affirmation of the movement that is currently defined as Bolsonarism, there was an attempt to seek control of the past, by Bolsonaro, his allies and co-religionists, as they tried to create a dispute of narratives about the dictatorship in Brazil with the denial of facts that had occurred in the period, verified by the national and state Truth Commissions. In this article we will deal with the political

¹ Mestre em História Social das Relações Políticas (2020), pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente cursa o doutorado, com financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na mesma instituição e no mesmo programa. Desde 2015 é pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LabTempo/Ufes) e em 2024 ingressou no grupo de pesquisa Oniruuru: África, Islã, Diáspora africana e estudos anticoloniais. E-mail: xerxes-xerxes@hotmail.com.

uses of the past related to the military dictatorship in Brazil, by this ex-military, currently head of the Executive in the country. In addition, we will discuss how his actions contrary to the work of the CNV are related to the 2016 coup, and how this fact contributed to the rise of Bolsonarism in 2018.

Keywords: Military dictatorship; Narratives; Public opinion

Introdução

O Brasil apresenta uma fragilidade institucional que se desenvolveu a partir das chamadas Jornadas de Junho de 2013, protestos de rua organizados via rede social por organizações, coletivos e entidades diversas. Este evento histórico, de certa maneira, ainda influencia em acontecimentos recentes do Brasil. Essas mobilizações de massa ocorreram simultaneamente em mais de quinhentas cidades do país. Inicialmente o foco das reivindicações girava em torno do aumento das tarifas de transporte público, da violência policial nas cidades e na falta de investimentos em serviços públicos (como saúde e educação). As manifestações também criticavam os gastos com os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014.

Esses atos de rua “transformaram-se num conjunto de mobilizações sem foco determinante que serviram como laboratório para grupamentos das direitas ganharem voz e visibilidade na conjuntura” (BATISTA, 2020, p. 126). Esta afirmação se embasa na ideia de que as eleições gerais de 2014, ocorridas após as Jornadas de Junho de 2013, foram polarizadas. Assim, o segundo mandato de Dilma Rousseff foi iniciado em meio a uma crise econômica transformada em crise política, levando a presidenta à deposição. O processo de impeachment de Dilma Rousseff foi uma manobra política e jurídica arquitetada e feita no cerne do Estado, e desse modo denominamos o afastamento da presidenta de Golpe de 2016.

O Golpe de 2016 — empreendido a partir de “um acordo nacional, com o supremo e com tudo”² (informação verbal) — tinha como objetivo depor Dilma Rousseff e colocar no poder o grupo derrotado nas eleições, isto é, o Partido da Social Democracia Brasileira

² Fala de Romero Jucá, presidente do PMDB nacional e ex-líder do partido no Senado Federal, em ligação telefônica para Sérgio Machado, presidente da Transpetro. Mais sobre isto: Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 05 de março de 2024.

(PSDB) e seus aliados. Curiosamente, mesmo estando como base aliada do governo Dilma, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)³ estreitou laços com o PSDB e o com o “Centrão”⁴, chegando com eles ao resultado, o Golpe.

O movimento golpista possuía como lema “Uma ponte para o futuro”⁵ e, inicialmente, foi liderado por Aécio Neves, candidato à Presidência pelo PSDB, derrotado por uma pequena margem de votos em relação à Dilma Rousseff nas eleições de 2014⁶. A partir desse evento, uma infinidade de indivíduos, entidades e organizações se aproveitaram da desmoralização pública lulopetista e “surfaram na onda” de aversão ao PT e a seus 13 anos de governo.⁷

Os apoiadores da deposição de Dilma Rousseff evocavam seu passado guerrilheiro, assim como o histórico de lutas da presidenta contra a ditadura, como algo abjeto e vergonhoso. Vale mencionar, também, os diversos ataques misóginos à sua figura. É interessante ressaltar que Dilma foi a primeira mulher a se tornar chefe do Poder Executivo no Brasil.

O Golpe de 2016 recebeu como adeptos pessoas insatisfeitas com a crise que se instaurou no país. Esses indivíduos foram contrários às medidas de austeridade tomadas pelo governo Dilma. Podemos dizer que eram antipetistas em potencial, e desse modo, não eram favoráveis às políticas públicas desenvolvidas pelo lulopetismo no país durante seus treze anos no poder (2003-2016). Para amplos setores, o Partido dos Trabalhadores (PT) representava a implantação do socialismo no Brasil e, semelhante ao período

³ A sigla atual do partido remonta as suas origens, ou seja, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), fundado em 1966 para ser o partido de oposição à ditadura, e refundado em 1980 após a reforma eleitoral ocorrida durante a Abertura política.

⁴ Na política brasileira, o termo Centrão refere-se a um conjunto de partidos políticos que não possui uma orientação ideológica específica e tem como objetivo assegurar uma proximidade com o Poder Executivo, de modo que este lhe garanta vantagens e lhe permita distribuir privilégios por meio de trocas de favores. Apesar do nome, o grupo não necessariamente possui espectro político-ideológico centrista, pois, na verdade, é um agrupamento de siglas com orientação conservadora, geralmente composto por parlamentares com pouca influência na Casa de leis, e que atuam conforme seus próprios interesses, ou seja, desenvolvendo o fisiologismo.

⁵ Nome dado à plataforma de governo utilizada pelo governo Michel Temer após o Golpe de 2016. Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2024.

⁶ Dilma Rousseff venceu Aécio Neves nas eleições gerais de 2014 por uma pequena margem de votos. A candidata petista foi votada por 54.501.118 eleitores, o que equivale a 51,64% do total. O candidato tucano, por sua vez, foi escolhido por 51.041.155 pessoas nas urnas, percentual de 48,36%.

⁷ Entre os grupos que se mobilizaram na organização de manifestações contra a reeleição de Dilma Rousseff, destacam-se os contra-públicos de internet, Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados *Online*. A cientista política Camila Rocha desenvolveu pesquisa sobre esses vários grupamentos na tese: ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)** 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964⁸, uma campanha de boatos pejorativos relacionados à pessoa da presidenta, ou mesmo a personalidades ligadas ao governo ganhou o país. Ademais, também entraram em cena escândalos de corrupção em que personalidades importantes do partido figuravam como suspeitas.

As políticas públicas assistencialistas do PT em torno da inclusão social, como: a Lei de cotas em concursos e universidades públicas; as medidas ligadas à visibilidade LGBTQIA+; a ampliação das universidades, institutos federais e programas de acesso ao ensino superior; e mesmo o surgimento de uma classe C, que havia recebido crédito e, assim, poder de compra, por exemplo, eram criticadas por formadores de opinião na mídia.

Por fim, entre os meses de abril e agosto de 2016, adveio o processo de impeachment de Dilma Rousseff, substituída por seu vice Michel Temer, que, em alguma medida, foi um dos perpetradores do Golpe. Este fato é comprovado por uma fala do senador Romero Jucá, então presidente do PMDB nacional e ex-líder do partido no Senado Federal, no ano de 2016, em ligação telefônica para Sérgio Machado, presidente da Transpetro. Ou seja, a ideia de conter a Operação Lava Jato, “[...] num grande acordo nacional. Com Supremo, com tudo”. O que foi proferido por Jucá indica os objetivos daqueles que arquitetaram o Golpe de 2016 contra Dilma Rousseff: impedir as investigações da Operação Lava Jato, depor a presidenta e ascender ao poder Michel Temer. O Golpe de 2016 deixou um legado: a aceleração do desmonte do Estado e de suas políticas públicas, o aumento dos privilégios da burguesia industrial e estrangeira, assim como a ascensão das “Novas Direitas”.

O plano inicial daqueles que conspiraram contra o lulopetismo não se concretizou, saindo do controle de seus idealizadores. O “clã” bolsonarista, ou seja, políticos de extrema-direita, personalidades e *influencers*, fez uso intenso do antipetismo, além dos disparos instantâneos de mensagens falsas, as chamadas *Fake News*, para vencer o pleito de 2018.

A vitória de Bolsonaro nas urnas surpreendeu o mundo político institucional. Em síntese, deve ser analisada levando em consideração a conjuntura pós-2013, e

⁸ Golpe Civil-Militar de 1964 é o nome que se dá à articulação golpista que, entre 31 de março e 15 de abril de 1964, subverteu a ordem existente no Brasil e deu início à Ditadura Militar, que se estendeu no país entre 1964 e 1985. A ditadura pode ser considerada um regime de força caracterizado por censura, desaparecimentos forçados, tortura e execuções cometidas por agentes do governo brasileiro. Durante o golpe realizado em 1964, o presidente eleito democraticamente, João Goulart, foi deposto.

principalmente como um desdobramento do Golpe de 2016. O sucesso eleitoral foi uma consequência do antipetismo, que serviu de pretexto para a deposição de uma presidenta democraticamente eleita. O triunfo bolsonarista se inscreve num movimento mundial de forças antiemancipatórias, considerado por alguns autores como uma direita radical⁹.

Em suma, o Golpe parlamentar de 2016 utilizou o rito democrático para destruir a democracia internamente e, de certa maneira, isso é antidemocrático, utilizando aqui a palavra em sua forma estrita. Além disso, experiências golpistas desenvolvidas por meios legais, como foi o Golpe de 2016, são adversas à sociedade. A coletividade é feita refém de figuras que despontam como uma espécie de libertação política nacional, mas, que na realidade, acabam influenciando amplos segmentos a adotarem comportamentos políticos nocivos, questionáveis e anti-*establishment*. Nesse processo de radicalização, temas como a defesa da Ditadura passam a ser apresentados como uma manutenção dos ditos “valores tradicionais”.

Desse modo, a conjuntura de percalços econômicos sob a liderança do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), seguida pela descrença dos brasileiros com os ditos “políticos profissionais”, fizeram com que em 2018 o deputado Jair Messias Bolsonaro fosse eleito presidente da República.

A biografia de Bolsonaro nos ajuda a entender suas atitudes como pessoa pública e, também, como chefe de Estado. Nascido em uma família humilde e grande, na cidade de Glicério, situada no Vale do Ribeira, aos dezoito anos, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), apesar de desejar realizar sua formação na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Em 1973, prestou concurso para esta instituição de ensino militar, formando-se em 1977, quando se especializou em paraquedismo. Serviu como Aspirante a Oficial no estado do Rio de Janeiro e depois no Mato Grosso do Sul, até 1987, quando estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), e chegou à patente de capitão do Exército.

Em 1986, Bolsonaro assinou um artigo na revista *Veja*, queixando-se dos salários dos militares. Por esta ação, foi processado na Justiça Militar e sentenciado à prisão, ficando quinze dias encarcerado. Após cumprir pena, planejou um ataque a bombas no quartel em que ficava alojado, com o mesmo intuito de protestar contra os baixos soldos.

⁹ Mais sobre isto: GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 17-36.

Novamente foi processado, tendo sido afastado e aposentado do Exército. Em 1989, ingressou na política.

Mesmo expulso e rejeitado pela cúpula do Exército, desde o início de sua carreira no parlamento, Bolsonaro portou-se como uma espécie de “líder sindical” dos oficiais de baixa patente e militares da reserva. Esse fato permitiu que ampliasse suas ações em outros setores ligados à segurança pública, como os policiais militares e civis. O discurso em defesa dos interesses da chamada “família militar” garantiu a Bolsonaro sete mandatos como deputado federal. Contudo, suas declarações polêmicas e radicais o confinaram na posição de deputado exótico do “baixo clero” do Congresso Nacional. Essa situação mudou bastante a partir das Jornadas de Junho, das manifestações pelo impeachment e, finalmente, devido ao cenário da campanha presidencial de 2018.

Desse modo, o voto em Bolsonaro por ampla parcela da sociedade brasileira é explicado como sendo mais que um protesto. Representa também uma demonstração de confiança numa mudança extrema. Os elementos prévios já citados – antipetismo e, paradoxalmente, o governo Temer – ajudam a explicar Jair Bolsonaro no poder. Além disso, devemos analisar a visão particular de Jair Bolsonaro sobre o período da ditadura no Brasil e como sua atuação na conjuntura de organização e atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) o colocaram em evidência como liderança política na extrema-direita brasileira. Desse modo, analisaremos o bolsonarismo em sua raiz e buscaremos organizar nosso pensamento em torno de dois aspectos da cultura política deste movimento político, sua visão anticomunista da realidade e o negacionismo desempenhado acerca da Ditadura Militar no Brasil.

Bolsonaro e o militarismo: submissão e indiferença

Os posicionamentos do governo Dilma em relação às políticas transicionais referentes à Ditadura, sendo a mais importante a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, causaram desconforto em setores da classe militar, os quais definiram esse ato como um “revanchismo” esquerdista.

O ano de 2012 ficou marcado pelo lançamento da Comissão Nacional da Verdade, grande símbolo dos anos iniciais do governo Dilma à frente da presidência. Inicialmente, os trabalhos da CNV foram coordenados por um grupo de trabalho composto por sete integrantes, em sua maioria juristas, auxiliados por outros profissionais de diversas áreas do conhecimento. O objetivo da comissão era apurar fatos sobre a Ditadura e promover,

a partir das informações levantadas, a reconstrução da história de graves violações aos direitos humanos no Brasil.

Em contrapartida, ao sucesso da instalação da CNV, as ações ligadas à economia não surtiram o efeito necessário. A crise econômica advinda contribuiu para a tensão política no governo de Dilma Rousseff, que a essa altura despertava certa rejeição em setores das Forças Armadas, ressentidos com a atuação da comissão recém-instalada.

Em nossa interpretação um dos alicerces do discurso bolsonarista é a construção de versões alternativas sobre a história. O negacionismo desempenhado por Bolsonaro e seus aliados se enquadra neste aspecto. Quando desempenham uma visão elogiosa acerca dos anos da Ditadura¹⁰ acabam por criar também uma versão alternativa da história oficial, ou seja, aquela que não nega o que de fato aconteceu. Todavia, mesmo esta “versão oficial”, é de certa maneira problemática. Marcos Napolitano (2014), a define como memória liberal hegemônica, segundo o autor:

[...] a memória hegemônica sobre o regime, em que pese a incorporação de elementos importantes da cultura de esquerda, é fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extra institucionais. Essa memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares da linha dura, mas absolveu os que fizeram a transição negociada [...]. Denunciou o radicalismo ativista da guerrilha de esquerda, mas compreendeu o idealismo dos guerrilheiros. Condenou a censura e imortalizou a cultura e artes da esquerda dentro da lógica abstrata da “luta por liberdade”. E, mais do que tudo, a memória liberal auto absolveu os próprios liberais que protagonizaram o liberticídio de 1964 -, culpando a incompetência de Goulart e a demagogia de esquerda pelo golpe (Napolitano, 2014, p. 319)

Desse modo, observamos que a visão “aceita” pela sociedade civil desde a transição apresenta problemas, entretanto, o fato de haver uma memória hegemônica não quer dizer que outras memórias, subordinadas, não tenham existido e não lutem para se afirmar (Napolitano, 2014, p. 319). É neste ponto que o bolsonarismo e seu negacionismo acerca da ditadura entram na discussão.

¹⁰ 10 vezes em que o clã Bolsonaro flertou com a Ditadura militar. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/10-vezes-em-que-o-cla-bolsonaro-flertou-com-a-Ditadura-militar.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

Referências à Ditadura militar são recorrentes entre a família Bolsonaro e integrantes do governo. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/referencias-Ditadura-militar-sao-recorrentes-entre-familia-bolsonaro-integrantes-do-governo-1-24103165>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

Em Itaipu, Bolsonaro exalta presidentes militares e ditador paraguaio. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/26/bolsonaro-exalta-presidentes-militares-e-ditador-paraguaio-em-itaipu.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

Enquanto mobilizações em todo o país pediam por intervenção militar entre os anos de 2015 e 2016, Jair Messias Bolsonaro se destacava no Congresso Nacional justamente pela defesa da Ditadura Militar, fato corriqueiro durante sua carreira no parlamento. Desde o início da atuação como deputado, declarações favoráveis aos generais-presidentes, à tortura e à repressão foram marcantes em sua narrativa. Contudo, mesmo entre os militares, existiram críticas a tais manifestações públicas, exemplo dos depoimentos do ex-presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979) e do político e militar Jarbas Passarinho.

Ernesto Geisel, em entrevista à cientista política Maria Celina D'Araújo, no ano de 1993, ao ser perguntado sobre parlamentares que diziam representar e falar pelos militares e que inclusive defendiam um novo Golpe Militar, respondeu: “neste momento em que estamos aqui conversando, há muitos dizendo: ‘Temos que dar um golpe! Temos que derrubar o presidente! Temos que voltar à Ditadura militar!’ E não é só o Bolsonaro, não!”. Geisel ainda completou a fala, dizendo: “presentemente, o que há de militares no congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar” (D'Araújo; Castro, 1998, p. 112-113).

Jarbas Passarinho, ao ser entrevistado pelo Jornal *O Globo* em 2011, após declarações dadas por Jair Bolsonaro, à época deputado federal pelo Rio de Janeiro pelo Partido Progressista (PP)¹¹, ao programa *CQC*, da Rede Bandeirantes de Televisão, comentou:

Já tive com ele [Bolsonaro] aborrecimentos sérios. Ele é um radical e eu não suporto radicais, inclusive os radicais da direita. Eu não suportava os radicais da esquerda e não suporto os da direita. (informação verbal)

Passarinho também afirmou que Bolsonaro nunca foi um bom militar e que "só se salvou de não perder o posto de capitão porque foi salvo por um general que era amigo dele no Superior Tribunal Militar (STM)". Quando indagado sobre a influência dos pensamentos do deputado nas Forças Armadas, Passarinho indicou que as suas considerações não pertencem à maioria dos militares:

Nem todos os militares estão ligados a ele, mas como ele é o único que aparece falando ... os militares, inclusive depois do meu silêncio por doença, perderam espaço. Eu perdi meu espaço no "Estado de S. Paulo", no "JB" [Jornal do Brasil], que infelizmente faliu, no "Correio Braziliense", no "Estado de Minas". Então, desapareceu essa voz que tinha uma penetração na área mais nobre da mídia. Ele irrita muito os

¹¹ Atualmente o nome do Partido é Progressistas.

militares também, porque quando está em campanha, em vez de ele ir ao Clube Militar, como oficial, ele vai pernoitar no alojamento dos sargentos (risos) ¹². (informação verbal)

Em suma, observa-se que dois representantes do grupamento amplamente elogiado por Bolsonaro, naquele momento, não enxergavam sua atuação com bons olhos, por mais que o mesmo sempre tenha exaltado a Ditadura. De certa maneira, isso faz parte da educação militar que o formou enquanto serviu às Forças Armadas. O fato de Bolsonaro ter desrespeitado a hierarquia e a disciplina — um dos pilares das regras militares — foi um elemento que o marginalizou, nessa época, dentro das próprias Forças Armadas.

A formação de Bolsonaro no Exército aconteceu durante os anos de 1970 e 1980. As ideias que ele formou em relação à Ditadura estão diretamente ligadas ao que o alto oficialato determinou naquele contexto. Dentre elas, está a repudia ao comunismo, extirpando qualquer indivíduo que se enquadrasse no perfil de um subversivo. O temor anticomunista presente no discurso bolsonarista ainda hoje representa o vocabulário político que marcou sua formação. Segundo Caroline Bauer (2019),

[...] gran parte de la socialización en las Fuerzas Armadas se realiza en un contexto de gran carga afectiva, fundamental para la delimitación de un 'nosotros'. La formación de una identidad "militar" alienta a las nuevas generaciones a involucrarse con una interpretación del pasado predeterminada, acudiendo a la transmisión de sus memorias como 'mecanismo cultural' para fortalecer un 'sentido de pertenencia'. Sabemos que el Ejército está regido por un conjunto de valores, tales como el honor, el deber, el patriotismo, la lealtad y la disciplina, y que para el militar la defensa de la patria es un destino superior. Bolsonaro encarna esos valores (Bauer, 2019, p. 43).

A personalidade de Bolsonaro é diversa, indicando “orden y obediencia, por un lado, y falta de respeto y agresividad contra los que no son los suyos, por el otro” (Bauer, 2019, p. 44). Por exemplo, o fato de os militantes bolsonaristas o chamarem de “Capitão” é uma evidência de como essa graduação que conquistou nas Forças Armadas foi transportada como um trunfo para sua vida no parlamento. Entre os colegas de corporação, era ainda chamado de “Cavalão”, devido ao grande vigor físico que

¹² Jarbas Passarinho critica posições de Jair Bolsonaro e diz que não 'suporta' deputado. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/jarbas-passarinho-critica-posicoes-de-jair-bolsonaro-diz-que-nao-suporta-deputado-2802680>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2024.

apresentava. Inclusive, tendo vencido, segundo suas próprias declarações, várias provas de atletismo¹³.

Bolsonaro, em 1986, assinou um artigo na revista *Veja*, queixando-se dos salários dos militares. Por esta ação, recebeu um processo militar e foi preso, ficando 15 dias encarcerado. Após cumprir pena, planejou um ataque a bombas no quartel em que ficava alojado, com o mesmo intuito de protestar contra os baixos soldos. Novamente foi processado, tendo sido afastado e aposentado do Exército. Vale ressaltar que, por não ter uma carreira de destaque nas Forças Armadas, recebeu um apelido pejorativo. Em 1989, como dito anteriormente, ingressou na política, e após larga carreira no legislativo, elege-se, em 2018, presidente da República.

Inicialmente, o governo de Jair Bolsonaro, causou uma espécie de temor nos opositores, pois parecia ser a volta de um governo militar na Nova República. Por exemplo, o número de militares nas instâncias do governo federal foi o maior desde o fim da Ditadura¹⁴. Evidentemente, existem diferenças entre um governo militar e um governo composto por militares, principalmente em relação ao apoio da categoria no que diz respeito às decisões tomadas pelo Poder Executivo. Pode-se dizer que, no governo Bolsonaro, a estrutura institucional democrática permanece a mesma, salvo as mudanças na nomenclatura de alguns ministérios, assim como o fechamento de outros. Contudo, mesmo que isso não interfira no funcionamento das instituições, o Estado Democrático de Direito está em alerta. Os posicionamentos antidemocráticos do presidente e de grupos próximos a ele, como, por exemplo, os militares, influenciam esse contexto político.

Destaca-se que os simpatizantes da Ditadura que permaneceram em seu governo, compondo as fileiras do bolsonarismo, possuem concordância de ideias em dois aspectos. Primeiro, temiam a revogação da Lei da Anistia. Caso isso viesse a ocorrer poderia causar processos jurídicos relativos aos crimes cometidos durante a Ditadura. E segundo, eram contrários à Comissão Nacional da Verdade, pois os fatos esclarecidos por ela evidenciam a necessidade dos julgamentos desses crimes que foram “perdoados” em 1979 com a Anistia. Em suma, o discurso militarista, sobretudo o de defesa da “época da Ditadura” sempre esteve presente em parte das direitas brasileiras. Contudo, na última década,

¹³ Bolsonaro ganhou no Exército o apelido de 'Cavalo' devido à saúde de ferro. **O Globo**. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/marina-caruso/post/bolsonaro-ganhou-no-exercito-o-apelido-de-cavalao-devido-saude-de-ferro.html>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

¹⁴ Mais sobre isto: Ministério terá mais militares do que em 1964. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/12/16/ministerio-tera-mais-militares-do-que-em-1964.htm>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

ganhou porta-vozes nas livrarias, nas redes sociais e no governo federal. Atrelado ao bolsonarismo, tal discurso ganhou espaço e força na esfera política e, assim como em uma espécie de elogio ao passado, tem papel de destaque nas decisões referentes aos destinos do país.

Conforme analisamos, o discurso anticomunista tem sido uma constante na cultura política brasileira, e ganhou novo fôlego, ressurgindo, de certa forma, como um dos traços mais importantes do discurso bolsonarista. Esse fato torna-se nítido quando verificamos a defesa feita por Bolsonaro ao “regime militar” como um acontecimento de grande importância na história do Brasil pelo trabalho de combate ao “perigo vermelho”.

Institucionalização da CNV e o fator Bolsonaro

Apesar de clamores de familiares e militantes dos direitos humanos, a institucionalização de uma Comissão da Verdade no Brasil começou apenas no final da década de 2000. Todavia, é válido mencionar os avanços em torno das políticas transicionais, as quais contribuíram positivamente no desvendamento de questões relacionadas ao passado ditatorial brasileiro. A promulgação da Lei de mortos e desaparecidos, nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995 representou, à época, o compromisso do Estado Brasileiro com a reconciliação e pacificação nacional, expressos no texto da Lei da Anistia de 1979. As reparações indenizatórias a ex-militantes e familiares de mortos e desaparecidos políticos também representaram, no período pós-Ditadura, um passo importante na rememoração válida desse período, pois o ato, de certa maneira, mostrava a visão do país acerca desse período de nossa história.

Na década de 2000, aconteceram várias medidas transicionais que auxiliaram na produção de memórias sobre o período da Ditadura militar e indicaram a importância social de se evitar fatos como esse novamente. Os arquivos do ex-Serviço Nacional de Informações (SNI) foram alocados no Arquivo Nacional em 2005. O livro *Direito à memória e à verdade*, cuja importância se reconhece pelo fato de ser a primeira publicação do Estado brasileiro sobre a Ditadura, foi publicado em 2007. Em 2009, o projeto “Memórias Reveladas” foi criado, para coletar e organizar documentos sobre o regime, existentes no território nacional.

Por fim, no segundo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Na ocasião, formou-se um grupo de

trabalho (GT) destinado a elaborar um Projeto de Lei (PL) que visava a criação da Comissão Nacional da Verdade.

O texto apresentado no evento tinha como um de seus objetivos expressos a ideia de que a comissão buscava trazer à tona a “verdade histórica” sobre o período em que os militares estiveram no poder e que promoveria a “reconciliação nacional”¹⁵. Esse texto foi modificado algumas vezes, por conta da oposição militar surgida à CNV. Temia-se uma revisão da Lei da Anistia de 1979. Além disso, os militares também exigiam que a comissão tratasse das organizações de esquerda que foram participantes da luta armada. A expressão “repressão política” foi abolida do projeto, após o conjunto de reclamações feitas por integrantes das Forças Armadas. Por fim, vale lembrar que o período de análise foi ampliado. Inicialmente, compreendia os anos de 1964-1985, passando a contemplar o recorte de 1946-1988. A conclusão dos trabalhos do GT se deu no mês de abril de 2010 quando o PL nº 7.376/10 foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Todas essas medidas sofreram oposição de Jair Bolsonaro, na qualidade de parlamentar na Câmara dos Deputados, pois, para ele, rememorar a Ditadura não era sinônimo de reparação histórica, mas de exaltação do período em que as Forças Armadas evitaram o comunismo no Brasil.

É válido ressaltar que o pacto conciliatório firmado na Anistia ficou em evidência na sessão da Câmara que aprovou a criação da CNV, em 2011¹⁶. De forma quase unânime, mesmo com a existência de divergências político-partidárias, houve a preocupação entre os parlamentares de não reabrir as feridas do passado ditatorial, para que não se causassem revanchismos no país. Vale mencionar que este é um ponto problemático na discussão, indicando de certa maneira a hegemonia militar em relação ao período.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12.528/2011 e instituída em maio de 2012 pela presidenta Dilma Rousseff. Durante dois anos, o colegiado constituído a fim de apurar as denúncias de violações aos direitos humanos, entre 1946-1988 no Brasil, colheu 1120 depoimentos (sendo 132 de agentes militares), produziu 21 laudos periciais e realizou 80 audiências públicas em 15 estados da federação. O nome escolhido, Comissão Nacional da Verdade, já deixava claro o objetivo de produzir uma verdade que correspondesse aos fatos objetivos da repressão, e não aos fatos alegados pelas “verdades

¹⁵ Decreto nº 7.037/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

¹⁶ Câmara aprova criação da Comissão da Verdade. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/09/camara-aprova-criacao-da-comissao-da-verdade.html>>. Acesso em: 01 de março de 2024.

oficiais” das Ditaduras, que sempre negaram qualquer tortura ou desaparecimentos forçados de militantes (NAPOLITANO, 2014, p.320). Além disso, era necessário romper com o silêncio mantido pelos agentes, quando interrogados ou questionados sobre o período. Silenciar sobre os tempos da Ditadura no Brasil serviria, segundo os militares, como a etapa inicial do esquecimento da sociedade. Além disso, consideravam que,

[...] o direito subjetivo à memória nem sempre [conseguiria] dar conta de todas as contradições objetivas da história, abrindo espaço para vitimizações, distorções ideológicas, ou mesmo para a invenção de um passado que nunca existiu (Napolitano, 2014, p. 322).

Em 2012, após a instalação da CNV houve um crescimento das estratégias revisionistas, intensificadas após a divulgação do relatório final da Comissão, em 2014. Tais estratégias contribuíram para as disputas de narrativas relacionadas à Ditadura militar¹⁷.

Com a instalação da CNV, alguns focos militares se agitaram, sobretudo entre os oficiais da reserva, fazendo eco em algumas vozes civis de direita, ainda minoritárias no debate. A principal argumentação é que a “Comissão” é revanchista e parcial, focando apenas as violências dos agentes do Estado e esquecendo a dos guerrilheiros de esquerda. Diga-se, uma argumentação frágil, pois, independentemente de qualquer consideração de ordem ideológica, o fato é que a maioria dos guerrilheiros foi de alguma forma punida, com prisão, exílio, tortura e morte. Já os agentes do Estado que participaram de atos ilícitos e crimes de lesa-humanidade sequer foram mencionados ou intimados oficialmente pela justiça (Napolitano, 2014, p. 332).

Foi nesta conjuntura que Bolsonaro ampliou sua visibilidade na opinião pública, sobretudo, nos setores negacionistas e ufanistas ao “regime militar”. Como destacamos, desde os anos 1990 o capitão reformado do Exército proferiu declarações polêmicas relacionadas à Ditadura, e em alguns casos era criticado por oficiais da alta cúpula das Forças Armadas.

¹⁷ Em 10 de dezembro de 2014, o Clube Militar, associação civil com sede no Rio de Janeiro, composta por oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, publicou uma nota, em sua página oficial, assinada pelo general Gilberto Rodrigues, intitulada Relatório Requentado. Em uma das passagens do texto, o líder da entidade à época afirmou que o Relatório Final da CNV, era “uma coleção de meias verdades, calúnias, e mentiras inteiras, embaladas com pedaços de verdade cuja divulgação confirma a orientação socialista dos comissários”. Em suma, é perceptível o caráter anticomunista e revisionista da nota. Mais sobre isto: Clube Militar vê coleção de 'calúnias' em relatório da Comissão da Verdade. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-cao-socialista-diz-clube-militar.html>>. Acesso em: 10 de junho de 2022. A nota está disponível na íntegra em: <<http://rplib.com.br/index.php/artigos/item/4479-relatorio-requentado>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

Durante os anos do governo Dilma e com o surgimento da CNV, o ex-militar e então deputado federal pelo Partido Progressista do Rio de Janeiro, semanalmente, era entrevistado em programas de auditório e entretenimento veiculados no horário nobre. Em tais ocasiões, evidenciava seu conservadorismo a partir de temas como casamento homoafetivo, política sobre drogas e através da defesa da moral e dos bons costumes. Vez por outra ainda tecia elogios à Ditadura Militar no Brasil, chegando a mencionar o temor de um perigo comunista em nossa República.

Diante do cenário de desgaste dos governos do PT, as vozes discordantes das diretivas políticas petistas ganharam destaque nas mídias tradicionais e nas redes sociais. Em 11 de fevereiro de 2011, quando Bolsonaro ainda compunha os quadros do Partido Progressista (PP), assinou um artigo na coluna Opinião da *Folha de São Paulo*, intitulado “Comissão da inverdade”¹⁸ criticando o Projeto de Lei de criação da CNV. O parlamentar abriu o artigo exaltando a ordem e a hierarquia presentes nas Forças Armadas. Em seguida, afirmou que a esquerda havia chegado ao poder, pelo voto, graças aos militares que impediram uma revolução do proletariado. Novamente, como se lê no artigo, Bolsonaro enaltece os militares, apontando que o período em que estiveram à frente da República representou “vinte anos de ordem e de progresso”. Porém, duas dimensões não foram mencionadas pelo parlamentar sobre esse período. Primeiro, a grave crise econômica que tomou os anos 1980, considerados como “a década perdida”. E a baixa aceitação da sociedade civil em relação aos militares nos anos finais da Ditadura.

O ponto-chave do texto é observado quando Bolsonaro cita exemplos de ações bem-sucedidas dos movimentos de guerrilha urbana e, a partir disso, afirma que o “regime, dito de força, negociou e foi além das expectativas dos derrotados ao propor anistia até mesmo para crimes de terrorismo praticados pela esquerda”.¹⁸ Assim, os objetivos do texto ficam claros: criticar os trabalhos desempenhados pela CNV e proteger a Lei da Anistia de modificações, pois, uma vez que isso acontecesse, agentes do Estado receberiam as devidas punições por seus atos durante a Ditadura. O autor completa a narrativa tecendo uma crítica ao governo, afirmando que “no poder, eles querem escrever a história sob sua ótica, de olhos vendados para a verdade”. Segundo o então parlamentar, a comissão seria parcial, pois era composta por pessoas indicadas pela presidenta Dilma Rousseff e, para que houvesse veracidade nos fatos apurados, integrantes dos Clubes Naval, Militar e da Aeronáutica deveriam integrar o grupo.

¹⁸ *Ibid.*

Além disso, direcionou críticas ao fato de que os crimes a serem aferidos seriam apenas os dos militares, tergiversando os atos cometidos pela esquerda, que estaria buscando, com a comissão, “passar para a história como a grande vítima que lutou pelo Estado Democrático atual, invertendo completamente o papel dos militares”¹⁹. Nesse ponto do texto, Bolsonaro destaca que os militares apenas haviam atendido a solicitações de entidades da sociedade civil: Igreja, empresários, agricultores e mulheres (nesta parte, sem querer, confirma o caráter Civil-Militar do Golpe de 1964). Por fim, o autor se coloca como porta-voz das Forças Armadas, indicando que elas nunca se ausentaram das responsabilidades que lhes cabiam e que, em nome da verdade, mais uma vez, não se ausentariam e estariam dispostas a cumprir seu papel, caso fosse necessário.

O referido artigo saiu logo após as primeiras sessões em que a matéria da criação da Comissão da Verdade entraria em votação para aprovação na Câmara, fato que aconteceu apenas sete meses depois, no dia 21 de setembro de 2011. Na sessão, Bolsonaro se exaltou. Em discurso no plenário da Câmara, afirmou que “os argumentos para a criação da comissão são piadas”. Além disso, proferiu ofensas à presidenta Dilma Rousseff e aos parlamentares favoráveis à aprovação do projeto. Segundo Bolsonaro, as verdades sobre o período seriam apagadas com a comissão, e, repetindo argumentos de seu artigo para a *Folha*, aos gritos, disse que houve ligação entre a atividade de guerrilha e Fidel Castro, assim como que os guerrilheiros tinham feito cursos em Cuba, Coreia do Norte e China. Na realidade, todo esse afincamento em criticar a aprovação do Projeto de Lei e os trabalhos da comissão representava o temor de que se modificasse a Lei da Anistia, possibilitando uma expansão nas ideias a que se destinava inicialmente, ou seja, o perdão político a torturadores e torturados.

Disputas pela memória no tempo presente brasileiro

Mesmo com a oposição de Bolsonaro, a CNV foi criada e desenvolveu seus trabalhos, entre 2012 e 2014. Em 10 de dezembro de 2014, dia internacional dos direitos humanos, ocorreu a solenidade de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, com a participação de ex-presos políticos, entre eles, a presidenta Dilma Rousseff, parlamentares e familiares de desaparecidos no período. Dividido em três volumes, compostos por 18 capítulos e nove textos temáticos, o relatório trata de graves

¹⁹ A comissão da inverdade. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaao/fz1101201107.htm>>. Acesso em: 01 de março de 2024.

violações aos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Vale ressaltar que o terceiro volume do texto possui 29 recomendações, com base na legislação brasileira, relacionadas ao assunto elucidado. Contudo, nenhuma dessas recomendações expressa a “revisão” da Lei da Anistia.

Nesse período, emergiram autores e editoras especializadas em publicar “novas versões” sobre a história do país, como, por exemplo, os *Guias politicamente incorretos*. Como dissemos, parte desses argumentos alimentaram a retórica do deputado Bolsonaro. Em ambiente de “tempestade perfeita” contra o governo Dilma Rousseff, alguns discursos — antes vistos como exóticos — estavam em consonância com as teses defendidas por amplos setores da sociedade. De tal maneira, o discurso de Bolsonaro rompeu seu círculo de eleitores e atingiu milhares de brasileiros. Em tempos de relativização do passado, o ufanismo da “intervenção militar” passou a ser defendido publicamente como alternativa para impedir a “implantação do comunismo” no Brasil.

Em suma, negar a história não é o mesmo que revisá-la. E mesmo esse processo de revisão deve ser feito com responsabilidade. A partir do momento em que se nega algo comprovadamente existente, o que parecia ser um revisionismo transforma-se em negacionismo. Por fim, revisionismo e negacionismo ainda se diferem do saudosismo, que significa uma admiração exacerbada por aspectos do passado, no que tange a comportamentos, hábitos, princípios e ideias. A melancolia em tratar desses aspectos evidencia uma espécie de nostalgia por parte do indivíduo que a transporece.

De acordo com as particularidades referentes aos três termos — negacionismo, revisionismo e saudosismo — fica evidente que no Brasil ocorre a prática do negacionismo histórico. O processo é explicado pela ação de lembrar e, de certa forma, de reinventar versões sobre o período da Ditadura, assim como negar o acontecimento de situações ocorridas. Dentro desta dimensão destaca-se o anticomunismo, elemento que justificou golpes de Estado no Brasil e duas experiências ditatoriais, a do Estado Novo, com Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, e a Ditadura Militar, entre 1964 e 1985.

Isto posto, cabe observar que, os abusos da memória, seja na hora de escrever a história, seja através dos discursos bolsonaristas, buscaram evidenciar o antipetismo. A construção de uma versão “positiva” sobre a Ditadura militar foi uma das abordagens mais utilizadas para hostilizar os governos do Partido dos Trabalhadores. Além disso, esta visão negacionista flertou com uma reinvenção anticomunista contrária aos anos de governo do lulopetismo, assim como dos elementos ligados a tal conjuntura. Em suma,

os governos reformistas da Nova República representaram a tentativa de construir uma normalidade democrática na política brasileira. Apesar de contradições, a democracia tem se afirmado durante trinta anos ininterruptos.

O bolsonarismo, por sua vez, tem buscado o retorno a um passado traumático e autoritário, que deve permanecer onde está, no pretérito. Assim, a normalidade democrática da Nova República frente à ascensão bolsonarista retrata de forma literal o embate de ideias e práticas na política brasileira reproduzidas numa disputa de narrativas entre a modernidade e as forças do atraso.

A Nova República construiu sua memória a partir das experiências obtidas em nossa última fase autoritária: a Ditadura militar. É válido reforçar o fato de que a institucionalidade, e mesmo determinadas diretrizes jurídicas presentes na atualidade remetem a esse passado. Assim, a contemporaneidade brasileira possui a Ditadura como uma espécie de evento não superado, que determina situações sociopolíticas.

Desde o início do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, em 2012 e da efeméride dos cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964, em 2014, acontece, no Brasil, uma disputa de narrativas, relacionada à memória e à versão oficial sobre o que de fato ocorreu no país entre as décadas de 1960 e 1980. O conflito é representado por grupos da sociedade que demonstram preferências distintas, entre o esquecimento e o elogio aos acontecimentos do período, ou mesmo no que tange à memória, verdade e justiça.

O Brasil bolsonarista é negacionista. Nossa conjuntura está marcada por negacionismos de várias ordens. Sendo assim, o tempo presente brasileiro atravessa uma “febre memorialística” relativista. Por exemplo, durante os anos de 2015 e 2016, ocorreram manifestações, em várias cidades brasileiras, contrárias ao lulopetismo. Foi possível observar nelas grupos mais radicais. Segundo a pauta extremista, a solução para “todos os problemas” passava por uma intervenção militar como forma de superar os “males” do governo Dilma.

Desse modo, os grupos que foram, e que ainda vão, às ruas pedir intervenção militar defendem um tipo de “passado que nunca existiu”. Segundo suas versões da história recente, os setores militares foram superiores aos civis. Ao listar as justificativas revisionistas os militares seriam: mais patriotas, mais preparados tecnicamente e, principalmente seriam um exemplo de retidão moral. Assim, o retorno dos militares ao poder sanaria os principais problemas do país: a corrupção, o comunismo e as ameaças à

“família tradicional”. Ou seja, os enxergam como os únicos capazes de resolver os problemas da nação.

Eventos ligados a uma visão apologética da Ditadura também aconteceram em 2018, e agitaram a opinião pública brasileira. Entre os dias 21 de maio e 1º de junho do ano citado, a categoria dos caminhoneiros paralisou suas atividades em todo o território nacional. Os grevistas manifestavam-se contra os frequentes reajustes no preço dos combustíveis, principalmente do óleo diesel. Todavia, durante as ações do grupo paredista, ocorriam, de forma isolada, pedidos de intervenção militar como forma de resolver o imbróglio junto ao governo.

O segundo caso sucedeu em 1º de outubro de 2018, quando o ministro e atual presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, se referiu ao Golpe Civil-Militar de 1964 como apenas um “Movimento”, e não como um regime de exceção imposto através da força. Nas palavras de Toffoli: “Hoje, não me refiro nem mais a golpe nem a revolução. Me refiro à movimento de 1964”. O ministro sustentou seu argumento utilizando como base a análise de Daniel Aarão Reis Filho sobre a deposição de João Goulart. Este historiador rebateu a fala do presidente do Supremo, em entrevista ao jornal *El País*, repudiando a visão sobre 1964 que, segundo ele, recebe um novo significado pela extrema direita. De acordo com Reis Filho, “[...] a interpretação é vesgamente enviesada, procura um ponto de equilíbrio que não existe em história e tem como resultado a absolvição histórica do golpe e dos golpistas” (informação verbal).

Dessa maneira, afirmamos a expressão multifacetada do negacionismo bolsonarista. Seus argumentos estão presentes em diferentes ambientes, situações e instâncias da sociedade brasileira. E se manifesta por meio de ações da classe média e dos caminhoneiros, pedindo por intervenção militar, assim como via declarações do presidente do STF.

O negacionismo é a vulgarização de ideias, fatos e elementos indiscutíveis que ganham espaço na opinião pública, pois se integra ao processo histórico e, muito em particular, à história política: se a história é também explicação do passado, não existe explicação completa sem que seja elucidado o papel desempenhado pela opinião pública (Becker, 2003, p. 201). Todavia, não é por desempenhar um papel no processo histórico que a opinião pública tenha razão. Em suma, é analisando a ideologia e sua popularização em meio à sociedade que observamos os usos e abusos da memória sendo desenvolvidos de maneira mais usual.

Manipular a história é a expressão do desenvolvimento de um processo ideológico que orienta a construção de narrativas. Nesta perspectiva, a manipulação ocorre de maneira complexa, e analisar ou mesmo entender a sustentação desse movimento requer cautela, pois, a partir da construção de memórias por determinados grupos, contrafações podem ocorrer na história, tornando fatos irreais, oficiais.

Estamos imersos em tempos negacionistas. A formação do pensamento vigente no Brasil apresenta heranças do período ditatorial. O pacto de conciliação e de acomodação, que findou os governos militares e que ascendeu ao poder um civil, fez com que, institucionalmente, a sociedade se guiasse por uma união pela paz, buscando o desenvolvimento social e ainda criando certo esquecimento relacionado à repressão. À época, a sociedade civil preferiu obliterar sobre a real necessidade de se julgar os crimes da Ditadura, em outras palavras, não havia demandas significativas da sociedade civil para responsabilização penal dos membros do aparato repressivo. Naquele contexto, construir um novo Brasil estava na ordem do dia. O pronunciamento de Tancredo Neves, em entrevista coletiva, no dia 17 de janeiro de 1985, como o primeiro civil a assumir a Presidência da República, após vinte e um anos de Ditadura, confirma essa hipótese:

Os fatos ocorridos no Brasil foram deveras lamentáveis. Mas alcançamos, por decisão praticamente unânime no Congresso Nacional, a anistia. Ela é abrangente e recíproca. Ela atinge todos os lados e todos os departamentos, todos os setores da vida social brasileira. Reabrir esse processo seria implantar no Brasil o revanchismo, e não cuidaríamos nem do presente, nem do futuro. Todo o nosso tempo seria pequeno para voltarmos a esse rebuscar, a essa revisão, a esse processo de inquirição sobre o passado. Não creio que a sociedade brasileira aspire por isso (Neves, 1985 *apud* Napolitano, 2015, p. 23).

À vista disso, a análise de Tancredo Neves serve ao país até os tempos atuais, e explica o motivo de nossa democracia se mostrar frágil em alguns momentos. Durante os trinta anos que separam a promulgação da Constituição Federal de 1988 da eleição de Jair Bolsonaro, o pacto conciliatório esteve em vigor.

Concretamente, as discussões sobre o passado autoritário sempre foram vistas como tabu por diversos setores da elite política brasileira. Além desse fato, o receio e a omissão em tratar do tema da Ditadura nos apresentaram eventos no mínimo curiosos. Citamos, como exemplo, o momento de promulgação da CNV no Congresso Nacional, quando membros de partidos opositores se uniram a partir da ideia de que a comissão deveria tomar os cuidados devidos ao apurar os crimes do período, pois o trabalho desenvolvido não poderia levar o país ao revanchismo.

Entretanto, é necessário discutir se, na verdade, o revanchismo temido pelos parlamentares representa a justiça sendo feita, ao invés de algo ligado apenas à reparação por desagravo. Questionamos por não ter ocorrido julgamento dos crimes políticos ocorridos durante a Ditadura no Brasil, além de que aqueles que foram resistência ao regime à época, sendo participantes da luta armada ou não, foram execrados e sofreram punições baseadas na jurisprudência vigente no período. Em contrapartida, reforçamos, seus perpetradores e algozes permanecem impunes na atualidade, ou morreram sem pagar por suas ações.

O uso do passado, no debate público, atende a critérios que, não necessariamente, são de comprovação e verificação da veracidade histórica. De fato, sua utilização está servindo para o fortalecimento de identidades políticas e ideológicas que, mediante orientação, visam o esquecimento dos fatos oficiais relacionados à repressão. Segundo a análise de Marcos Napolitano, mencionada acima, isso pode ser chamado de nostalgia, tendo em vista que a exaltação do autoritarismo é nostálgica. De certa forma, a “comemoração” do que foi a Ditadura não ocorre apenas quando ela é festejada no sentido estrito da palavra, mas também quando ela é saudada, mesmo longe no tempo e no espaço.

Considerações finais

Períodos históricos como os analisados neste artigo reforçam a ideia da existência permanente de reflexos do passado em nossa contemporaneidade. Portanto, é necessário que nosso tempo seja analisado, compreendido, mas não justificado. Temos a responsabilidade de fazer o possível para que traumas históricos emblemáticos, como os já analisados neste texto, não aconteçam novamente. Compreender não significa aceitar as práticas desenvolvidas nessas épocas, mas considerar que, de certa maneira, elas ainda não estão ultrapassadas e seguem sendo combatidas. Surge aqui a importância da história e dos bons usos da memória.

Ao mesmo tempo que Bolsonaro apresenta-se como um exaltador dos governos militares no Brasil, nega a existência de uma Ditadura, ou seja, geralmente, entra em contradição no desenvolvimento de suas análises. Ora, para ele, a Ditadura aconteceu e foi muito branda, ora nada ocorreu, sendo apenas uma falácia daqueles que buscam execrar as Forças Armadas. O objetivo de Bolsonaro, nesse tipo de ação, é que se volte ao silêncio sobre o período. Geralmente quando questionado por algum posicionamento considerado polêmico pela opinião pública, além de ataques gratuitos às esquerdas, a

militantes e desaparecidos políticos do período, um elemento sempre é defendido: a preservação da Lei da Anistia de 1979, que perdoou e ainda serve de proteção aos agentes que contribuíram na repressão, à época da Ditadura.

Assim, lembrar pelo viés de quem foi execrado não faz parte da defesa do presidente, pois rememorar sob esse ponto de vista colocaria em questão o quanto pessoas comuns, defensoras de ideias contrárias à Ditadura, foram lesadas pelo uso da força e de métodos coercitivos. Com base nisso, é nítido o fato de Bolsonaro buscar contar uma nova história, embora sua versão não seja correta, pois se pauta em uma invenção, criada por quem idealizou o Golpe Civil-Militar de 1964 e ainda o exalta no tempo presente.

Além do anticomunismo e da aversão ao assistencialismo lulopetista, o negacionismo relacionado à Ditadura no Brasil apareceu na votação definitiva para o prosseguimento da ação, na qual o então deputado federal Jair Bolsonaro saúda Brilhante Ustra, o primeiro agente da Ditadura condenado pela Justiça brasileira por ter torturado pessoas durante a Ditadura militar. Vale ressaltar o fato de que o Relatório final da Comissão Nacional da Verdade registrou em torno de quinhentos e dois casos de tortura e mais de quarenta assassinatos ocorridos no DOI-Codi sob o comando de Ustra. O parlamentar em questão votou favorável, e mesmo que sua menção ao coronel algoz de diversas vítimas durante a Ditadura configurasse em elemento cabível para o afastamento de suas funções, nada ocorreu, pelo contrário, seu parecer foi aplaudido por maioria no plenário e lhe deu visibilidade o bastante para empreender uma campanha à Presidência da República, centrada no antipetismo que derrubou Dilma, assim como através do saudosismo revisionista sobre a Ditadura no Brasil.

Em 2018, esse deputado venceu as eleições gerais, e a partir de janeiro de 2019 tornou-se chefe do Poder Executivo brasileiro. As ações de seu primeiro ano de governo pautaram-se nos elementos centrais de sua campanha, o antipetismo e o negacionismo. Tais caracteres são provados com base nas medidas adotadas desde o período da transição governamental, ainda em 2018, a partir da montagem do gabinete ministerial com presença maciça de militares, o maior número desde a Ditadura, por meio declarações públicas marcadas por ataques à democracia e ao lulopetismo, que saiu do governo ainda em 2016, e, por fim através dos elogios à Ditadura feitos pelo próprio presidente, ministros e correligionários. Em suma, o Brasil do negacionismo bolsonarista foi marcado pela confluência de interesses políticos, ligada em uma espécie de casamento entre antipetismo e defesa à Ditadura. O bolsonarismo representa uma nova forma de

conservadorismo ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda.

Portanto, o passado ditatorial brasileiro deve ser lembrado para jamais ser repetido. Os abusos da memória, por sua vez, precisam ser constantemente repudiados em nossa contemporaneidade, para que não afete a escrita da história e para que não produza versões alternativas de fatos históricos. Ressalta-se, por fim, a importância de se recuperar o passado como tarefa fundamental para entender a evolução de nossos tempos. Todavia, o presente não pode ser controlado pelos eventos anteriores de uma sociedade, pois assim, a atualidade estará comprometida e seu desenvolvimento será obsoleto.

Referências bibliográficas

Legislações

BRASIL. *Lei n.º 9.140*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, 4 de dezembro de 1995. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm>. Acesso em 05 de março de 2024.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro (PMDB)*. Brasília, 2015.

Relatórios

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

Entrevista

NEVES, Tancredo. Tancredo e a transição democrática. *Carta Maior*. Brasília: Câmara dos Deputados, 17 jan. 1985. Entrevista transcrita e testemunhada por Mauro Santayana. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Tancredo-e-a-transicao-democratica/21509>>. Acesso em 05 de março de 2024.

Periódicos

Acervo on line Jornal *Folha de São Paulo*.

Acervo on line Jornal *GI*.

Acervo on line Jornal *O Estado de São Paulo*.

Acervo on line Jornal *O Globo*.

Acervo on line Jornal *UOL*.

Acervo on line Revista *Carta Maior*.

Acervo on line Revista *Veja*.

Bibliografia

BATISTA, Ariel Cherxes. *Uma imersão no passado-presente: o revisionismo bolsonarista sobre a ditadura (2011-2019)*. 137f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña em los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales de la UNAM*, n. 57, p.37-51, set./dez. 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 17-36.

NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15 esp., p. 9-44, nov. 2015.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018)*. 2018. 232f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.